

SOUZA, Eduardo de	VALLE, José Soares Telles do
283	289
SOUZA, J. Fernando de	VASCONCELOS, Carolina Michaelis
284 (Vd. Nemo)	183
TAVARES, José Pereira	VASCONCELOS, J. Leite de
271	226
TAVARES, Lorjé	VASCONCELOS, José Carlos de
13	162
TAVARES, Silva	VASCONCELOS, Manuel António de
285	42
TENDEIRO, João	VASQUES, Baptista
213	2
TORREZÃO, Guiomar	VAZ, Gil
10	29*, 30*
TRAVER	VICTOR, Jayme
14	13
UGEDIO, Frei	ZOLA
287	284

HENRIQUE MANUEL S. PEREIRA *

* Investigador do Gabinete de Estudos do Pensamento Português.

D. António Ferreira Gomes Subsídios para a explicitação do símbolo da Rosa e da Cruz

D. António Ferreira Gomes dispôs no seu testamento que a sua sepultura fosse encimada com a Cruz tendo a Rosa ao centro.

Esta sua última vontade constitui naturalmente para algumas pessoas do povo cristão e da sociedade em geral um motivo de interrogação, não sendo mesmo de excluir que algumas dessas pessoas, por serem menos conhecedoras do pensamento e da personalidade cristã do Bispo, cheguem ao ponto de pôr o problema da sua ligação ou simpatia para com o misticismo rosacruciano. Com efeito estamos em presença de um símbolo que desde o séc. XVII é conotado com a maçonaria rosacruciana.

Por estarmos certos de que, para o falecido Bispo do Porto, o símbolo da Rosa e da Cruz constituía um património cristão, e conseqüentemente com fundamentos e significado absolutamente independentes dos da tradição rosacruciana, afigurou-se-nos oportuno e útil coligir e divulgar alguns dos seus escritos de forma a que o conteúdo e o significado do seu gesto resultassem clarificados.

E tal iniciativa reveste-se de tanto maior importância quanto o Bispo, - ao revelar-se profundamente conhecedor da ocorrência do mesmo facto por parte de D. António Augusto de Castro Meireles -, também parece pretender contribuir com o seu gesto e palavras para o esclarecimento do gesto do antecessor.

Assim sendo,

1 - D. António Ferreira Gomes, ao estabelecer no testamento datado de 21 de Agosto de 1977, art.º 10.º que a sua sepultura fosse encimada por uma Cruz tendo ao centro a Rosa, declara considerar a Rosa e a Cruz como símbolo de um cristianismo entendido como civilização da Beleza e do Amor, acrescentando ainda que tal concepção cristã, que a Igreja deverá retomar, já constituira seu ideal especialmente pelos fins da Idade Média:

Como o meu funeral estará a cargo da Diocese que ultimamente tenho servido, limito-me a recomendar que seja simples, sincero e cristão. À Fundação *Spes* estabeleço e cometo a obrigação de me erigir e conservar uma sepultura modesta no cemitério paroquial da freguesia da minha naturalidade,

Melhundos - Penafiel. Esta sepultura será encimada por uma cruz tendo ao centro a rosa, símbolo da aspiração cristã a uma civilização da Beleza e do Amor, a que a Igreja chegara pelos fins da Idade Média, e que deverá retomar como promessa dum futuro digno do Homem. Com isso penso unir-me ao pensamento que o Bispo - mártir da Igreja, D. António de Castro Meireles, quis decerto expressar ao fazer erigir, em sua vida, esse mesmo símbolo sobre o seu túmulo, no cemitério paroquial de Boim. Creio que posso dispensar-me de dispor qualquer coisa de especial sobre sufrágios ou bens de alma, confiando para isso na piedade e caridade dos bispos, sacerdotes e fiéis da Igreja a que servi¹.

2 - Para o Bispo, a Rosa e a Cruz é símbolo de uma civilização de Beleza, de Liberdade e de Amor, correspondente à realidade de uma utopia criadora que conduz a humanidade do «reino da necessidade» para o «reino da liberdade». Entendendo o cristianismo desta maneira, o falecido Bispo do Porto segue então a teologia da cruz e da glória para fundamentar tal visão cristã, consubstanciando-a entretanto na expressão - *Per Crucem ad Lucem*. Consequentemente, a par da cruz e das sombras, o canto, a festa e a glória aparecem no seu pensamento como dimensões intrínsecas ao cristianismo e à religiosidade cristã:

(...) O Santo Padre Paulo VI já o fez, a seguir ao Ano Santo de 1975, aludindo em mais que uma ocasião à necessidade de caminharmos para «uma civilização do amor», sem no entanto se deter a examinar os fundamentos ou a desenvolver as consequências desse conceito. Será decerto bom que nesta Páscoa de 1977, em que nos propusemos marcar e insistir no êxodo da «casa de servidão», através da peregrinação no deserto, para a Pátria da Liberdade, segundo aquela utopia criadora que vai conduzindo a Humanidade do «reino da necessidade» para o «reino da liberdade», será bem, dizia, que meditemos por momentos na possibilidade e utilidade de a Igreja pregar, como Igreja e enquanto mandato novo do Senhor, uma civilização de liberdade e de amor, entre todos os homens².

(...) Do infinito mistério de Deus conhecemos, pois, aquilo que a Sua Palavra nos revelou e o Seu próprio Verbo encarnado nos mostrou. É em Cristo e só em Cristo que podemos ouvir pessoalmente a Deus. Mais, é em Cristo e só em Cristo que O podemos «ver»: «Filipe, quem me vê vê igualmente Meu Pai» (Jo. 14, 9).

Esta consideração lança-nos imediatamente em pleno mistério do «aniquilamento de Deus em Cristo», nos problemas centrais da chamada teolo-

¹ *Testamento de D. António Ferreira Gomes*, datado de 21 de Agosto de 1977 in *Fundação Spes* (textos de D. Manuel da Silva Martins e Arnaldo de Pinho). Porto: edição de Fundação Spes, Julho de 1995, 31 - 32.

² Porto. Bispo. 1959-1982 (António Ferreira Gomes) - Homilia in Coena Domini na Páscoa de 1977 - *Não terá ainda soado a hora de pregar uma civilização de liberdade de amor?* In *D. António Ferreira Gomes - Antologia do Seu Pensamento* (selecção de textos e notas de Arnaldo Pinho) - Vol. 2. Porto: Fundação António de Almeida, 1990, 170.

gia «kenótica». Esta *kenose* é na realidade o próprio centro nuclear do mistério de Cristo: esta é o próprio coração das celebrações pascais, designadamente do Tríduo sagrado em que agora entramos³.

(...) Mas, considerada esta «face» do mistério infinito de Cristo e encarada por um pouco a Cruz da Redenção à luz da teologia *kenótica*, devemos perguntar, muito especialmente neste dia comemorativo da instituição da Eucaristia e do Sacerdócio, qual o primeiro e principal sentido da Cruz na vida do cristão. Professamos que o Verbo de Deus assumiu a natureza humana «por causa de nós, homens, e para a nossa salvação». Devemos começar por conhecer que a *teologia kenótica*, a teologia do «despojamento» ou do «aniquilamento» do Verbo de Deus, tem o seu ponto central e mais alto na Encarnação, e não propriamente na Paixão e Morte: é na verdade maior a distância que intercede entre a divindade e a humanidade do que aquela que vai da vida à morte, mesmo morte de cruz (...).

Temos assim que a Cruz, termo último da Encarnação, é a mostra suprema da essência de Deus - «quem me vê vê o Pai» - e é ao mesmo tempo a prova máxima de Deus como Amor(...)

Para ser-se cristão importa ser razoável; mas não basta. Importa seguir a Cristo e a Cristo crucificado (...).

Só no sacrifício poderá a racionalidade reviver: sem sacrifício, isto é, sem reconhecer os seus limites, não há remissão nem renascimento para a razão. S. Paulo, dando expressão àquilo que hoje diríamos a sua «teologia da Cruz», conclui: «para mim o mundo está crucificado, como eu estou crucificado para o mundo». Bem sabemos que isto é verdade, nas devidas proporções, de todo o homem que se dedica verdadeiramente a uma causa, designadamente às causas intelectuais ou morais. Até mesmo a respeito da literatura dizia um grande poeta que «ou a arte mata a vida (mundana) ou a vida mata a arte». Assim, e muito mais, da teologia. Como dizem grandes teólogos, designadamente Karl Rahner e Jurgen Moltmann, não basta fazer uma teologia da Cruz, é preciso fazer uma teologia crucificada. Assim, e ainda mais, da Fé cristã: é preciso, hoje sobretudo, ter uma fé *kenótica*, uma fé crucificada - *mihi mundus crucifixus est* (...)

E nós todos, qualquer que seja o sexo, idade, condição ou cultura a que pertençamos, ouçamos o mandamento novo e próprio deste dia comemorativo da Eucaristia e do Sacerdócio: Dou-vos um mandamento novo, que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei! Que assim seja numa nova civilização cristã, que venha a ser, como o Senhor a quis, uma civilização da Liberdade, da Justiça e do Amor!⁴

³ ID. - Homilia na Missa Crismal da Páscoa de 1978 - *Para pregar fertilmente o Reino de Deus é preciso amar a Cristo. Amar a Cristo fora de Deus, é não conhecer a Cristo nem a Deus*. In *Ibid.*, 238 - 239.

⁴ ID. - Homilia in Coena Domini da Páscoa de 1977 - *A Cruz - Termo último da Encarnação é amostra suprema da essência de Deus*. In *Ibid.*, 246 - 249; 251.

(...) Falando, durante este Tríduo sacro, da teologia da Cruz, tivemos ocasião de fazer varias referências a certas «teologias da glória», nem sempre autênticas nem legitimamente aplicadas. Não há Ressurreição sem Cruz, mas também não podemos considerar a Cruz, como algo de acabado em si, sem Ressurreição.

Suposta a glória da Ressurreição de Cristo, sabemos que é para ela que caminhamos, cada um de nós e a Humanidade toda - *per Crucem ad Lucem*. Na Ressurreição devemos ver o resgate do pecado e a reparação da justiça pela Cruz de Cristo, mas uma e outra coisa como restauração da ordem intentada por Deus, ao criar o homem livre e responsável. Em Cristo, ressuscitado, novo Adão, «homem do céu, celeste», devemos ver restaurado e levado à perfeição suprema o ideal do homem, como fora concebido no plano divino do universo, desde a Criação original (...).

Mas, neste dia de Páscoa, deixemos a visão destes panoramas sombrios e voltemo-nos para as imagens de festa e de glória, que são igualmente intrínsecas à religiosidade cristã e mais fundadas na verdade total e final de «Deus connosco». Não podemos deixar de sentir em nós as sequelas das amarras e servidões do cativo, mas Cristo ressuscitado «subindo às alturas levou cativo e sujeito a Si o próprio cativo humano» (Ef. 4, 8). Em puro e sincero cristianismo, devemos cultivar sempre os valores *éticos*; mas, não menos, os valores *estéticos*. Sabemos que, na Sua vida terrena, Jesus chorou, algumas vezes. Não está expresso, no Evangelho, se alguma vez riu, e alguns autores, tal por feitio hipocondríaco, apressam-se a dar como certo que Ele jamais riu. Tudo porém levará a pensar o contrário, pela naturalidade que imprimiu a Sua vida e até pelo contraste que aceitou e acentuou com a figura do Precursor, que esse sim ficou como expressão da severidade e da ameaça que vem do deserto a julgar o mundo, sem contactos nem transigências com os que nele vivem.

Quanto ao cristianismo total e autentico, é certo que a celebração, o canto e a festa litúrgicos ou populares - fazem parte, desde o princípio, da vivência cristã. A isso se chega mesmo a associar a dança religiosa, de harmonia aliás com a tradição judaica. Já «desde o século VI, mais ou menos, se encontra na arte cristã a cena da *dança da Ressurreição*. Cristo glorificado, cuja túnica flutua, leva atrás de Si, numa dança em espiral, os redimidos para o Pai. É o contrário exactamente da *dança macabra* do fim da Idade Média, na qual o homem da foice leva para a tumba consigo o imperador, o papa, o nobre, o camponês, o laico. O Ressuscitado, que inaugura esta escatologia da liberdade, é Ele próprio, como dizia Hipólito, «o corifeu da dança mística»? e a Igreja é a sua «Esposa que dança com Ele» (J. Moltmann). Esta linguagem, já da Igreja primitiva, faz-me lembrar o velho sineiro, que ainda encontrei em certa vila alentejana, o qual recordava os bons tempos em que, com o sino da matriz, levava a todo o povo os sinais de alegria e tristeza, de compunção e exultação, muito particularmente os repiques de Páscoa com que saudava Nossa Senhora da Ressurreição, que saia no seu andor a bailar por entre alas do povo.

Nietzsche escreveu que só podia aceitar «um deus que dançasse». Isto, que parece extravagante, não será de todo incompreensível num tempo em que já tanto se começava a falar da religião apenas como «suspiro de alma aflita, coração dum mundo sem coração, finalmente ópio do povo». Talvez dentro de igual perspectiva e como justa reacção, Marie Noël atreveu-se a compor o poema que diz:

Deus dança
E continuamente se propaga, expande e perpetua
O grande ritmo do princípio, que ordena, compõe e se chama
Vida Eterna.

E, fazendo a aplicação dos mesmos sentimentos a Jesus Cristo, canta ainda Sidney Carter:

Dancei na manhã em que o mundo nasceu,
Dancei rodeado pela lua, as estrelas e o sol,
Desci do céu e dancei na terra,
E vim ao mundo em Belém.

Ludens coram eo omni tempore, ludens in orbe terrarum (Prov. 8, 30) ⁵.

3 - Conforme D. António Ferreira Gomes o afirmou no seu testamento, a utopia evangélica da civilização do Amor e da Liberdade foi um ideal especialmente vivo e operante pelos fins da Idade Média, designadamente através da perspectiva do abade Joaquim de Fiore e do Joaquimismo, chegando o Bispo ao ponto de mencionar a *rosacruz* como um símbolo já utilizado então para traduzir essa concepção do cristianismo. No entanto, e não obstante reconhecer o abade Joaquim e o Joaquimismo como uma expressão especialmente importante de um cristianismo que correspondia a uma civilização de Liberdade, de Justiça e de Amor, o Bispo não deixa de revelar em relação a tal concepção uma posição crítica e de distanciamento:

(...) Nestes termos e sob estas condições, parece bem que chegou para a Igreja e para o seu ministério da Palavra o dever de pregar *en parresia*, com a franqueza apostólica de Paulo, o Reino de Deus em germen e em esperança, para o nosso tempo, que o mesmo é dizer uma civilização de liberdade, amor e paz, nos domínios mundial, nacional, regional, local e pessoal. Que esta seja pois a nossa Páscoa, a passagem do Espírito de Deus pela nossa sociedade, o êxodo a fazer-se na mentalidade de cada um de nós da

⁵ ID. - Homilia na Páscoa de 1978 - *Suposta a glória da Ressurreição de Cristo, sabemos que é para ela que caminhamos, cada um de nós e a Humanidade*. In *Ibid.*, 254; 257 - 259.

«casa da servidão» para a Pátria da Liberdade, a qual deve ser e é desde já a Igreja, enquanto é para o nosso tempo a presença de Cristo, Amor encarnado e libertação do Homem «para a liberdade».

Utopia, mera utopia de sonhadores ? Utopia, sim, mas não mera utopia, nem sonho ocioso. Utopia concreta, tão concreta como a estrela de marear que o navegante tinha de seguir, sabendo bem que nunca a tocara, concreta como a linha do horizonte que fixemos na nossa caminhada, embora sabendo que, ao atingir aquela que agora vemos, outra se nos oferecerá mais além, sempre além e sempre longe. Vamos, por isso, cessar a marcha ?...

A fim de examinarmos este problema da utopia evangélica em concreto, ou do Reino de Deus em esperança, será talvez útil e esclarecedor considerar por um momento certa parte da história da Igreja e da civilização europeia a esta luz. Poderemos bem reconhecer que mais ou menos pelos fins do primeiro milénio cristão, não obstante todas as confusões dos «séculos de ferro» e sem embargo do conflito entre o Sacerdócio e o Sacro Império, no seu começo, uma civilização de amor e liberdade era um ideal vivo e operante. Os factos históricos dos séculos XII, XIII são dominados por esse ideal, como esperança próxima para muitos. Podíamos ver isso nos mais variados fenómenos, desde o culto de Nossa Senhora, a expansão do monaquismo, devoção florida, rosa cruz, festa religiosa dos inocentes e dos loucos até ao amor cortês, à cavalaria e à poesia trovadoresca. Mais concreta e unitariamente poderemos centrar esses fenómenos na figura equívoca e legendária do abade Joaquim, das suas instituições denominadas «da Flor», do seu anúncio da «Idade do Espírito» e da doutrina joânica do Amor que se propôs e esperou implantar. Não importa tanto a pessoa, aliás bastante confusa e de ortodoxia duvidosa, embora por muitos considerado Venerável, mas mais a dinâmica histórica de que resultou o joaquimismo, o que ele significou no seu tempo e a sua influência nos séculos seguintes. O abade Joaquim, fundador e abade do Convento de S. João da Flor, que actuou na segunda metade do séc. XII e morreu no 1.º ou 2.º ano do séc. XIII, proclamou o seu tempo como «idade do Espírito» sob o magistério do Apóstolo do Amor.

Houve um tempo, ensinava ele, em que dominavam os homens casados - idade do Pai -, depois começaram a dominar os padres seculares - idade do Filho; esses períodos terminaram agora e começou a idade dos monges espirituais, que dominarão no amor, e instaurarão o reino da caridade e da liberdade - idade do Espírito Santo. A nova Ordem da Flor gozará da «visão da paz» e todos virão a ser «baptizados no Espírito». A Redenção não está acabada: aproxima-se a «revelação do Evangelho eterno», em que o pensamento humano ficará liberto da letra para se prender apenas ao espírito.

Estas lucubrações duma teologia bastante duvidosa (às quais, seja dito entre parêntesis, parecem responder certos ecos, em vozes que hoje e para hoje por aí ouvimos) eram acompanhadas dum profetismo exaltado, dum historicismo fantasista e dum permanente contraponto apocalíptico, a dar relevo à «visão da paz» e da felicidade.

Esta atmosfera de optimismo e misticismo dominou por séculos o espírito europeu. As ordens mendicantes desse espírito nasceram, e os seus apologistas e defensores (mesmo contra o clero secular e contra os mestres parisienses) não desdenhavam invocar as visões e profecias atribuídas ao abade Joaquim. O franciscano (sic), sobretudo nos desvios que o afectaram - fraticelli, «espirituais», beguinos, etc. - era no abade Joaquim que buscava, quando necessário o seu espírito tutelar. Um populismo ultrademocrático e um anarquismo pseudoevangélico invocaram os ensinamentos e as predições do joaquimismo. Nem sequer faltou o feminismo mais exaltado: a nova «idade do espírito» promovia as mulheres a suas intérpretes preferidas e chegou ao extremo de anunciar a encarnação do Espírito Santo no seio duma certa Guilhermina !

No entanto, papas e bispos, rejeitando estes excessos e loucuras, não deixavam de mostrar veneração e simpatia pelo Abade e pelos joaquimitas. O próprio S. Tomás, refutando muito a sério os erros teológicos do abade Joaquim, nada diz contra a sua pessoa nem contra o movimento que ele procedia (sic) ou que invocava.

Declinando embora, paulatinamente, o influxo expresso do Abade da Flor chegou até ao séc. XVI: vários factores da agitação reformista ainda o invocam, e mesmo na origem da Companhia de Jesus ainda houve quem visse a realização dos monges «espirituais», prenunciados pelo Abade.

Sabemos como este optimismo e pneumatismo medieval, alterando com o profetismo apocalíptico, derivaram para o campo do activismo político e desembocaram nas guerras sociais que assolaram toda a Europa e terminaram pelo esmagamento dos pobres e dos «profetas». E sabemos como nesse esmagamento se envolveu um pretensão religiosismo. Valha como exemplo Lutero, vociferando contra «as hordas ladras e assassinas dos camponeses» e muito designadamente contra o último dos «profetas», Tomás Müntzer, que se considerava a si mesmo «a espada de Aarão» e a quem o Reformador trata por «o arquidiabo que reina em Muhlhausen»...

Oxalá que aspirações do mesmo sinal, que dominam o nosso mundo de civilização ecuménica, não sofram iguais desvios nem queiram ignorar o passo da História, cujo material de construção é o tempo, a fim de que se não percam tão belas esperanças nem vamos ao encontro de catástrofes semelhantes, mas agora dimensionadas pelo mundo todo e potenciadas pelos meios de aniquilação hodiernos !

Concluamos, pois, esta nossa celebração da Ceia pascal do Senhor com a proclamação do seu mandamento novo, como direito e obrigação, a actuar pela Igreja de hoje a todos os níveis, de pregar às consciências cristãs e a todos os homens de boa vontade uma civilização universal de Liberdade e Amor, na genuína radicalidade evangélica. Radicalidade esta que não tem só uma face, nem se compadece com utilitarismos, conformismos ou comodismos, por isso a proclamação duma civilização do Amor tem de ser acompanhada da profissão da resistência não-violenta ao mal e da não-conformidade civil com a recusa da Liberdade e do Amor.

Finalmente, «conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará». Assim o esperamos !

«Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros, assim como Eu vos amei».

Assim seja !⁶

4 - Já em 22 de Fevereiro de 1970, na Sé do Porto, D. António Ferreira Gomes, põe explicitamente o problema do «legítimo dono do símbolo rosacru-ciano». Lamentando que «um símbolo tão altamente cristão» e da «mais pura simbologia cristã mediéfica» tivesse sido apropriado pela maçonaria, o Bispo afirma a origem cristã medieval do símbolo:

(...) D. António Meireles, na pujança da vida, preparou a sepultura lá no seu pequeno e cimeiro cemitério de Boim e estudou serena e conscientemente a simbologia sob a qual desejava fixar-se para a eternidade. Não pensamos em premonições ou profecias nem pensamos que pudesse antever, na tempestade que começava a rondar o seu episcopado desde o princípio (e como herança, em pura consequência da sua lealdade intemerata e intimorata para com a memória do seu antecessor) não supomos que pudesse antever os passos da Via Sacra que haviam de levá-lo até esse cemitério da colina, o certo porém é que lá está, por sua vontade, sobre as armas de fé da conhecida divisa - *Timor Domini Fons Vitae* - alusiva, além do seu conteúdo espiritual, à Casa da Fonte no sopé da colina onde nascera, lá está a cruz e ao centro, no cruzamento do braço horizontal com o vertical a flor de rosa, a Rosa mística !

Rainer Maria Rilke, o «poeta puro» do século, nascido e educado em certo catolicismo, vivendo longa e ansiosamente no esforço de integrar a morte, a «morte própria», na própria vida e supondo afastar-se do cristianismo na mesma medida em que se ia aproximando do mistério de Deus ou da Vida, Rilke compôs, cerca dum ano antes da morte que não esperava tão próxima, o epitáfio para o seu túmulo, que pediu fosse - e lá está realmente - no alto do cemitério de Ravogne, na Suíça, que escolheu pelo vento que lá sopra e por uma panorâmica que bem lembra a de Boim. O epitáfio de Rilke reza assim, numa simples imagem tão inesperada, quão genial e ambígua:

- «Rosa, contradição pura. Prazer de não ser sonho de ninguém debaixo de tantas pálpebras cerradas» (notando-se que o alemão do texto permite e sugere «canções», em vez de pálpebras).

Fernando Pessoa escreve, na sua enigmática *Mensagem*, aludindo já conscientemente ao símbolo considerado maçónico:

⁶ ID. - Homilia in Coena Domini da Páscoa de 1977 - *Não terá ainda soado a hora deregar uma civilização de liberdade e de amor*. In *Ibid.*, 174 - 177.

*Que símbolo fecundo
Vem na Aurora ansiosa ?
Na Cruz morta do Mundo*

A Vida, que é a Rosa

.....
*Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa, que é o Cristo.*

Com toda a evidência D. António Meireles, ao estudar séria e serenamente a simbologia do seu túmulo, não pensou ir ao encontro do mistério poético nem se preocupou decerto com prejudicar quem seria o legítimo dono do símbolo rosa cruciano: propôs-se sem dúvida buscar a melhor expressão para a sua fé e esperança, adoptando para isso a Rosa-cruz.

Se porventura o pensou, deve ter lamentado que um símbolo tão altamente cristão pudesse ser deixado, em tempos de jansenismo e maniqueísmo à guarda da maçonaria. Não há muito escrevia um teólogo que os acontecimentos de Maio de 1968 na Sorbonne se explicavam no que tinham de blasfemo pelo facto de a «civilização cristã», ter deixado transformar a cruz, sinal de triunfo sobre a morte e de ressurreição no símbolo da morte, podridão e nada, bem como Jesus, Mestre da Boa-Nova de vida e esperança, na pura expressão do miserabilismo.

Mas como é belo e impressionante o fenómeno da convergência nos cimos quando os mais belos espíritos se encontram na mesma expressão do mistério da vida em sua dúplice face: o grande Bispo, perscrutador do mistério de Deus nas Escrituras, órgão profissional, e quão eloquente, da Palavra, encontra-se sem especial intenção com os mais altos expoentes do verbo criador humano e do mistério poético ! Esse encontro dá-se, dentro da mais pura simbologia cristã mediéfica, na sublimação da vida mortal em vida perene, na pureza da união transformante, simbolizada pela litânica Rosa Mística da «devoção florida» desses intemeratos cavaleiros da gaia ciência que avançam confiantes e coroados de rosas para a morte vista sob o prisma dos desposórios eternos com a Virgem, dulcíssima Flor, Rosa Mística, e Fonte da Vida. «Quanto mais poético mais verdadeiro» - diríamos com Novalis, mas indo mais longe do que ele próprio quis dizer (...)⁷

5 - Finalmente, longe de se poder pensar que o Bispo sustentou ou desenvolveu um magistério e uma acção pastoral de índole anti-maçónica, deve afirmar-se que ele assumiu em relação à maçonaria a posição consagrada pela Igreja no novo Código de direito canónico, manifestando sempre uma atitude de abertura e mesmo de reconhecimento pelo contributo importante que a maçonaria deu

⁷ ID. - Homilia em 22 de Fevereiro de 1970 na Sé do Porto. In *Voz Portucalense*, n.º 2, 28 Fevereiro 1970.

à evolução da sociedade. Deste modo, não obstante referir que o problema da maçonaria continua a ser o de sociedade secreta, o Bispo proclama sobretudo que com o novo Código de direito canónico ela deixou de ser um problema de fé cristã para ser tão-somente um problema de moral social e cristã:

(...) Neste sentimento o cristão vivera no seu tempo sem medo ao futuro - esse medo metapsicológico, de consciência abissal, cósmico, que tem sido e continua a ser o grande factor negativo da história. Assim o cristão não irá para a frente às arrecuas, não cairá no futuro como num abismo, por outras palavras, não perderá o comboio da história.

São inúmeros, *a contrario sensu*, quer na história eclesiástica quer na civil, os factos e processos em que os actores, comparsas e vítimas da história não acompanhavam o curso desta e por falta de resposta adequada aos acontecimentos levaram a Igreja e a Sociedade a sofrer graves perdas ou mesmo a cair em desastres, dramas e tragédias. Lembremos apenas um facto desta natureza que, sem ser dos maiores, é bastante significativo e tem bastante actualidade. Queremos referir-nos àqueles ramos ou «obediências» da maçonaria que porventura mantenham ainda o anticatolicismo, talvez sob a designação de anticlericalismo, e sobretudo àqueles dentre os católicos ou mesmo da Hierarquia que consideram oportuno combater a maçonaria por motivos religiosos. Manifestamente os primeiros perderam o comboio da história e os segundos vão-lhes atrás.

O novo Código de direito canónico, correspondendo aos desejos e atitudes de muitos Bispos, quer individualmente quer em Conferencia deixou de mencionar a maçonaria entre as associações e sociedades proibidas aos católicos, portanto no novo Código, ao contrário do anterior, cada caso é um caso e deve como tal ser tratado. Deixou pois a maçonaria de ser um problema de fé cristã; talvez possa e deva ser um problema de moral social, também cristã, na medida em que a esta não é estranha a solidariedade humana, a equidade entre cidadãos, o civismo e poderíamos ainda dizer a democracia. Diremos pois que o problema continua a ser o de sociedade secreta: o secretismo e suas implicações deixaram de ter justificação, se e quando mesmo no passado tiveram algumas possibilidades de explicação histórica (não dizemos justificação).

Na verdade, a maçonaria moderna, segundo as melhores opiniões, nasceu em Londres, no princípio do século XVIII. Os seus propósitos confessados mais ou menos claramente eram, dentro da teoria da balança do poder (favorável à Inglaterra), combater os Bourbons, o absolutismo monárquico, os reis de direito divino, incluindo evidentemente o «papa-rei» e promover o lema da «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», mais ou menos em mística, mais ou menos em revolução. Compreende-se que, quando viessem ou se estabelecessem no continente latino, se julgassem na necessidade e considerassem ser seu direito ocultar a sua pertença e actividades maçónicas.

Aqueles objectivos da maçonaria estavam manifestamente no sentido da história. Foi essa a sua grande força, embora seguramente não fosse ela a

origem da história e outros já tivessem sofrido mais pelo seu movimento. Porém hoje, obtidos aqueles objectivos, que razões pode haver para o secretismo? Quando tudo aquilo se pode pregar «sobre os telhados» ou por satélite, para que esconder-se nas «alturas» (segundo a linguagem que bem devia pertencer ao passado)?...

Não é ocasião de tratar do problema moral duma sociedade secreta; mas creio bem que ele deve ser visto à luz da solidariedade humana, da convivência civil e da lealdade para com todos os cidadãos, do bem entendido civismo ou da «transparência» civil e social; numa só palavra, da democracia *sã* ou, no caso de ser necessário, de «mais e melhor democracia», como dizia Pio XII ⁸.

Em conclusão,

Independentemente de não ter constituído objectivo deste trabalho a fundamentação exaustiva do pensamento do Bispo sobre o simbolismo da Rosa e da Cruz, afigura-se-nos no entanto como óbvia a conclusão de que o falecido Bispo do Porto assumiu o símbolo da Rosa e da Cruz como um património cristão, estendendo tal entendimento ao seu antecessor, D. António de Castro Meireles. Por outras palavras, no quadro do cristianismo dos fins da Idade Media, ele viu na Rosa e na Cruz um símbolo especialmente adequado para exprimir a sua concepção de um cristianismo entendido como civilização da Beleza, da Liberdade e do Amor.

AFONSO ROCHA

(Gabinete de Estudos do Pensamento Português)

⁸ ID. - *Cartas ao Papa sobre alguns Problemas do nosso Tempo Eclesial*. 2.ª ed. Porto: Figueirinhas, 1987, 105 - 106.